

educação e democracia

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 14 • 2014

Nota de Apresentação

António Gomes Ferreira

Luís Mota

Sem qualquer preocupação obsessiva mas prosseguindo interpelações sobre aspectos da sociedade contemporânea, avançamos para mais um número desta revista numa linha de continuidade. Na sequência do número de 2013, que a *Estudos do Século XX* dedicou ao estudo do “Estado Providência”, na sua colocação entre capitalismo e democracia, o número de 2014 centra-se na problemática da educação e democracia, quando se celebram quarenta anos após o 25 de abril. Esta é uma data bem significativa para Portugal, ainda que também para outros povos que alcançaram a autodeterminação, porquanto um golpe militar colocou um ponto final no regime autoritário autodenominado de Estado Novo, vindo, não sem a experiência de uma crise revolucionária, a propiciar condições para o alicerçar de políticas sociais que corporizaram um “Estado Providência”, num estado nação da semiperiferia europeia.

A educação integra o conjunto de direitos sociais alcançados no século XX, fruto de um processo histórico que primeiro consagrou os direitos civis e, mais tarde, os políticos. Direitos geradores de controvérsia e que estão na raiz matricial do “Estado Providência”. Reconhecem-se-lhe especial significado pelo que traduziram de melhoria de condições de vida e crescente igualdade para fatias alargadas da população. O “Estado Providência” fundou-se num contrato a termo que presentemente é questionado e objeto de lutas sociais.

O investimento na educação, muito especialmente na escolar, entendida como direito, permitiu potenciar o desenvolvimento individual e, também, o coletivo, criando condições para mais oportunidades e mais igualdade no âmbito do estado-nação, revelar-se-ia central para o processo de consolidação do “Estado Providência”. Com a democratização escolar, com a expansão da educação em geral, sustentou-se uma evolução tecnológica, económica e, até, social, que, embora na actual conjuntura de crise possa parecer menos evidente, tem permitido à população, globalmente, alcançar outros modos de estar e de beneficiar do progresso do conhecimento. Por outro lado, muitos são os que partilham da convicção de que a educação, na medida em que possibilita uma compreensão crítica da realidade, vem contribuindo para um exercício mais consciente da cidadania. Desse modo, advoga-se que a educação, na justa medida em que se abre ao exercício dos direitos individuais de forma reflexiva, possibilite a afirmação de um sujeito autónomo e crítico, assertivo no exercício do seu direito à diferença, numa comunidade que se quer inclusiva social, intelectual e culturalmente, e apto a exercer o seu direito de intervir na construção e transformação da ordem social.

As formações sociais, à escala do estado nação, têm atribuído mandatos à educação, em diferentes momentos do processo histórico, que se compaginam com uma lógica de construção mundial da educação, como vêm demonstrando as múltiplas abordagens e aproximações no âmbito da literatura científica sobre a problemática. O conjunto de reflexões aqui apresentadas distribuem-se, geograficamente, entre a América latina e o Caribe, a Europa e o Médio Oriente. Os estudos realizados à escala nacional incidem sobre a Argentina, o Brasil, Israel e a Palestina e Portugal. Simultaneamente constituem múltiplas entradas e aproximações à problemática da educação e da democracia.

A revista principia, significativamente, com “Los derechos de la infancia y la construcción de la ciudadanía en América Latina”, por Paulí Dávila, Luis M^a Naya y Jon Altuna que analisam a situação da infância na América Latina com base na documentação produzida pelo Comité dos Direitos da Criança.

Na sua sequência, numa leitura pelo viés da equidade e do sucesso escolar, António Gomes Ferreira e Luís Mota realizam uma análise crítica do processo de generalização da educação pré-escolar, em Portugal, sob o título “Educação de infância e política educativa em Portugal no último quartel do século XX”.

A partir de um enfoque contextualista, Luís Sime Poma com “Contextos para repensar la democracia y la educación desde America latina” repensa a democracia e a educação na América Latina e no Caribe, considerando os binómios desigualdade e pobreza, narcotráfico e delinquência, informalidade e anomia, trilogia de fatores que impedem o desenvolvimento da democratização e da coesão social na América Latina.

Luís Alcoforado, Cláudia Preguiça, Regina e Cristina Gomes, em “Escolhas escolares na transição para o ensino secundário em Portugal: reflexões sobre as possibilidades e razões para as opções das escolas e dos/as alunos/as, a partir do caso de uma Escola de uma cidade de média dimensão”, propõem-nos uma reflexão sobre a igualdade de oportunidades no sistema educativo português, lida nos interstícios da oferta educativa estatal e nas opções escolares dos jovens.

Centrado na Argentina pós ditadura e até ao tempo presente, “Democracia, universidad pública y crisis social en la Argentina, entre el pasado reciente y el tiempo presente”, da autoria de Sandra Carli, discute a relação entre educação e democracia a partir de narrativas biográficas estudantis, analisadas na perspetiva das ciências sociais e do pensamento educativo e considerando as transformações ocorridas no sistema educativo argentino.

Compreender o conselho escolar de uma escola pública da rede municipal de João Pessoa, na Paraíba, no Brasil, enfatizando o potencial emancipatório da comunidade a partir dos procedimentos teórico-metodológicos como a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução, é a proposta de Maria Creusa de Araújo Borges e Maria do Socorro Silva Cavalcante, em “Conselho escolar e a configuração de uma democracia contra-hegemónica na gestão da escola pública: considerações a partir do princípio da comunidade”.

Maria Jorge Ferro com “Um Exercício de Memória(s): 40 Anos a viver pela Educação, pela Cidadania” reporta-nos um estudo sobre quem são ou têm sido os estudantes dos diversos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Coimbra, e que feridas culturais permanecem latentes. O trabalho mobilizou uma metodologia de investigação qualitativa, assente nas perspetivas da teoria ancorada, e tinha como objetivo sustentar estratégias de intervenção junto desses estudantes universitários.

“Jovens e educadores experimentam a Paz viajando pelo mar”, da autoria de Sílvia Guetta, apresenta um projecto de Educação para a paz, proposto e realizado no contexto do longo conflito que é o israelo-palestino. O projeto que consistiu na experiência de

educadores e jovens israelitas e palestinianos, homens e mulheres, viajarem num barco à vela pelo Mar Mediterrâneo, propunha-se educar para o conhecimento do outro e para a evidência de que o território em que convivem quotidianamente é o lugar onde é possível estarem juntas.

Manuel Jesus Malaguerra e Lídia Gomes, em “Por uma pedagogia deslizante aberta às incerteza”, oferecem-nos um ensaio que visa conexionar o pensamento deleuziano (e deleuziano-guattariano) e a escola ocidental atual. Posicionando-se numa problematização intuitiva, enunciam as primeiras linhas de uma “pedagogia deslizante aberta às incertezas” pensada como utensílio (“arma-afeto”) da Escola como “máquina de guerra”.

César Rodrigues mobiliza a imprensa desportiva do final da década de vinte, do século XX, para discutir como a educação física e desportiva era considerada dentro da dimensão da educação integral e, simultaneamente, fator de representação territorial, num trabalho intitulado “Educação física e desportiva na década de 1920: da educação integral à representação nacional – o exemplo do futebol”.

O objetivo central de “Movimentos pela educação pública laica em Portugal e no Brasil monárquicos” é a emergência dos dispositivos laicos nas sociedades portuguesa e brasileira, na época contemporânea. Luiz Antônio Cunha e José António Afonso analisam discursos e argumentos do debate, nomeadamente, em torno da escola pública e identificam, tempos históricos e agentes sociológicos, nos campos político e educativo, do movimento de democratização em ambas as formações sociais.

Adriana Valéria Santos Diniz, Maria da Salete Barboza Farias e Glicerinaldo de Sousa Gomes em “O conselho municipal de educação como prática de gestão democrática: dilemas e tensões” revisitam a relação entre educação e democracia a partir de uma instância concreta de gestão democrática da educação, o Conselho Municipal de Educação, órgão de caráter normativo, mobilizador e fiscalizador, que contribui com a formulação, a execução, o monitoramento e o controle social das políticas educacionais.

Em “Reorganização da rede do ensino particular e cooperativo com contrato de associação. Interpelações para o planeamento estratégico da educação, a propósito do caso do município de Coimbra”, A. M. Rochette Cordeiro, Lúcia Santos e Luís Alcoforado apresentam um estudo de caso, o município de Coimbra, assumindo a complexidade do território em face da diversidade de situações verificadas (físicas e demográficas), e discutem a política educativa, e opções adotadas desde 2010, que culminou na assinatura dos contratos de associação com os estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (EPC).

Sublinhando a ação pioneira da Escola Superior de Saúde do Alcoitão na formação de fisioterapeutas em Portugal, a sua relevância na história do ensino da Fisioterapia em Portugal e na formação de fisioterapeutas, Maria Armanda Rodrigues, João Rui Pita e Ana Leonor Pereira apresentam-nos “A Escola do Alcoitão e a afirmação científica e profissional do fisioterapeuta em Portugal na segunda metade do século XX”.

António Gomes Ferreira e Helder Manuel Guerra Henriques realizam a análise do processo de construção do campo de ação profissional da Enfermagem Portuguesa nas

décadas de 70 e 80 do século XX, em “A renovação da enfermagem em testemunhos sobre o seu ensino nas décadas de 70 e 80 do séc. XX”, num período em que os enfermeiros construíram uma nova conceção de enfermagem, ancorada no desenvolvimento do Estado-Providência.

O Barredo, alvo do trabalho apresentado aqui por Gonçalo Canto Moniz, Luís Miguel Correia e Adelino Gonçalves em “O estudo de renovação urbana do Barredo. A formação social do arquiteto para um território mais democrático”, constituiu um laboratório de metodologias de intervenção urbana a partir de um conhecimento profundo das suas realidades arquitetónicas e sociais. Os autores sublinham a sua importância no programa educativo da ESBAP, na formação do arquiteto, no planeamento e na intervenção na cidade.

Em “Escola de Formação Social Rural de Leiria: Uma escola ‘ímpar’ no panorama educativo português”, Artur Costa e Albertina Oliveira indagaram a perceção das antigas alunas quanto à qualidade da formação recebida naquela instituição, bem como o seu grau de satisfação face às competências adquiridas, no sentido de fazer emergir o contributo daquelas profissionais na sociedade portuguesa bem como o especial significado de uma pequena instituição do ensino particular e cooperativo que, na segunda metade do século XX, formou cerca de 700 profissionais na área da intervenção social.

No artigo “Contextualização da aprendizagem: sua representação em manuais escolares de Estudo do Meio”, Maria José Moleiro, Maria Helena Damião e Maria Isabel Festas contribuem para a discussão da opção de contextualização da aprendizagem escolar em vivências concretas, reais e autênticas dos alunos, a partir da confrontação entre os problemas equacionados ao nível teórico e os resultados obtidos no estudo realizado em manuais escolares que realizaram a transposição de “Orientações curriculares e programáticas”.

Finalmente, em “Ensino, avaliação e aprendizagem numa unidade curricular na área das humanidades no ensino superior” descrevem-se ações que ocorreram em situação de sala de aula, potenciando a compreensão da relação entre os elementos que influenciam a aprendizagem. As ações inscreveram-se no âmbito do projeto AVENA. Os autores Frederico Monteiro e Carlos Barreira e as autoras Maria da Graça Bidarra e Maria Piedade Vaz-Rebello, refletem a propósito sobre estratégias de ensino e aprendizagem potenciadoras de sucesso educativo no ensino superior.

Estamos diante de textos muito diferentes, sendo a sua diversidade marcada pelas diferentes nacionalidades dos autores, pelas temáticas tratadas, pelas formas de abordagem, pela cronologia contemplada, por estilos de escrita, por diferentes perspetivas de educação e de consistência de trabalhos sobre este domínio do saber. Acreditamos que com isso este número da revista *Estudos do Século XX* expressa a complexidade que caracteriza o campo da educação.

António Gomes Ferreira
Luís Mota